

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: NESP

Class.: Mata Atlântica

Data: 2011/1/4

Pg.: MAGR0001

Bucursal/SF - AV. Higienópolis, 983 - 01238

Motosserras devastam o Litoral

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Da sucursal de Santos

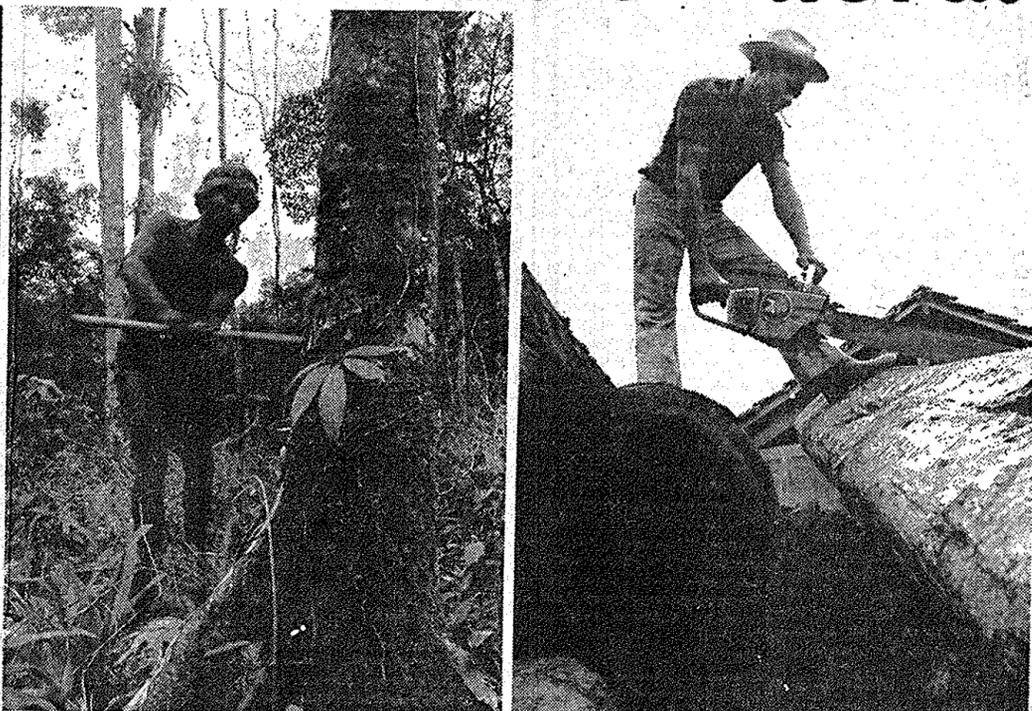
"Na guerrilha que se faz às árvores no país, a motosserra pode ser comparada à metralhadora, tal a sua eficiência, tal a devastação que opera."

Esta é a última frase do pequeno mas pungente requerimento/apelo que o secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, recebeu dias atrás do vereador Ernesto Zwarg Junior, que também preside a Sociedade de Ecologia de Itanhaém — cidade do litoral Sul de S. Paulo. Zwarg quer que a SEMA estude urgentemente medidas de controle de vendas e utilização de motosserras no Brasil, porque — como se observa no litoral paulista — possui esse equipamento "já é o maior sonho dos jovens, pois o trabalho com ele possibilita obter mais de mil cruzeiros diariamente no abate de árvores de lei e mesmo simples lenha". Zwarg notou, também, que "a posse de uma motosserra é mais sonhada

do que a de um tração, jipe ou simples volkswagen". Nogueira Neto prometeu estudar a questão.

Mas o pedido contrariou situações e, especialmente, empreiteiros de mão-de-obra para derrubada de matas. A ponto de, quatro dias atrás, no centro de Itanhaém, Nivaldo "Gato" — que recruta homens para derrubar árvores para imobiliárias e é um dos principais fornecedores de lenha às padarias da região — vociferar, ao ser abordado pelo repórter: "Motosserra? Quero uma agora mas é pra cortar a cabeça do Zwarg!" E nada mais disse.

O fato é que a Casa da Agricultura e a Polícia Florestal admitem, embora sem revelar números: há muito desmatamento ilegal no litoral de S. Paulo, inclusive na Serra do Mar. O surgimento da motosserra vem alimentando a voracidade dos predadores, e preocupando ainda mais os técnicos que prevêem para o ano 2.000 a existência de apenas 12 por cento de área verde em todo o Estado.



Fotos: Araquem Alcântara

O sonho dos jovens

Final de tarde. E o rapaz forte, de calção e gorro de pano, engole o café requentado e atravessa a clareira que abriu de manhã na mata, bem próximo à Serra do Mar, caminhando por entre tocos de árvores cinquentenárias, embiruçu, timbuva, canela e maçaranduba, desviando-se de toras empilhadas à espera dos caminhões. O sol está indo embora e o lenhador musculoso vai reiniciar o trabalho nesse dia de muito calor. Serviço que lhe dá de 50 a 80 cruzeiros diários quando não chove. A lâmina bem-afiada do machado brilha ao descer num golpe forte, primeiro talho que faz brotar a cor avermelhada no tronco. Quinze minutos e a grande árvore faz um estrondo ao chocar-se contra o solo. Nesse mesmo tempo, um bom motosserrador tomba 3 ou 4 árvores idênticas a esta que acaba de morrer. Sem muito esforço: basta ter firmeza para suportar os 7 quilos da serra com motor de dois tempos à gasolina, 7 mil rotações por minuto, com sabres (lâminas) de 406 a 787 milímetros de comprimento. Sem trabalhar muito é possível tirar, no mínimo, 600 cruzeiros por dia com essa máquina.

Florêncio, que já foi machadeiro, conseguiu comprar motosserra — da qual se orgulha. Na verdade, seu nome é outro. Mas diz que não pode aparecer por motivo "de sobrevivência". Sucede que ele não conseguiu, ainda, autorização da Coordenadoria de Proteção aos Recursos Naturais (CPRN) para derrubar árvores. E, mesmo assim, dispara sua motosserra pelas matas do litoral — único trabalho que sabe fazer. O risco de ser descoberto pela Polícia Florestal, ele bem sabe, é pequeno. "Já me pegaram. Confiscaram o material algumas vezes. Noutras, só disseram pra que eu escondesse a madeira, que era pouca. Devem ter percebido que este é meu ganha-pão; fazer o quê?"

Conseguir autorização da Secretaria da Agricultura demora por volta de 3 meses — conforme o delegado Agrícola de Santos,

engenheiro-agronomo René Branco Coelho. Ao todo são dez vias desses papéis: requerimento ao diretor da CPRN, declaração de propriedade da área a ser desmatada, documentos probatórios de domínio, planta ou croquis da propriedade. A Casa da Agricultura designa, então, um agrônomo para vistoriar a área de exploração pleiteada. Ele verifica a topografia, distribuição (se a área é o total de um imóvel, se tem floresta primitiva ou regenerada, cerrado, pasto), tipo de vegetação cujo corte é requerido — e indica, então, a quantidade que deve ser deduzida da área pleiteada (matas em altitude superior a 1.800 metros; nas encostas com declividade superior a 45%; nos topos dos morros; nas margens dos rios ou cursos d'água; nas nascentes). E especifica o destino da madeira a ser derrubada (reflorestamento, pastagens, ocupação não-agrícola, etc).

A autorização vale por um ano e pode ser renovada.

Ocorre, porém, que pessoas requerem licença (e a obtêm) para desmatar uma determinada área, mas devastam outras. Ou simplesmente fazem derrubadas sem pedir qualquer autorização. Aí, a responsabilidade passa à Polícia Florestal — que só tem uma Kombi e um jipe para patrulhar cerca de 22 mil quilômetros quadrados, desde Boracéia (no litoral Norte de S. Paulo) até a divisa com o Paraná. O comandante do 2º Pelotão do 1º Batalhão de Polícia Florestal, sediado em Santos, tenente Gilmar Ogawa, é realista — admitindo que a luta é desigual. "Somos apenas 47 policiais para toda essa área, sendo que uns 15 fazem trabalhos administrativos, e sempre há alguém de férias. Além disso, temos de fiscalizar ainda a pesca e a caça".

Quando apreende madeira cortada ilegalmente, a Polícia Florestal é obrigada — na maior parte dos casos — a deixar o próprio infrator como depositário, pois não tem local para armazenar o material.

Possibilitando lucros maiores e menos esforço, o machado vai sendo substituído pelas motosserras

Trabalho clandestino

Florêncio. Nome fictício, porque as informações que tem a dar podem comprometê-lo. Só o nome é litoral. A necessidade de trabalhar, e cortar árvores é o que sabe fazer, para alimentar uma família, não o permite perceber o mal que causa — devastando ilegalmente a serra do Mar. Filho de lenhador, aprendeu o ofício. Com muita dificuldade o pai conseguiu comprar um pedaço de terra e fixar-se. Os outros lenhadores ou machadeiros — do litoral são nômades: montam palhoças na área a ser devastada, fazem o serviço, juntam os trapos e as garrafas, e prosseguem — carregando toda a família, à procura de outro sítio ou empreiteiro de mão-de-obra. Ou, como Florêncio, trabalham na clandestinidade.

"Tenho três anos de trabalho com motosserra, que consegui comprar só por camaradagem do dono de uma serraria. Dei 800 contos de entrada e paguei o resto com meu trabalho, cortando árvores por aí, para esse sujeito. Sei que ele levou vantagem, paguei mais do que devia. Mas era o jeito. A única maneira de conseguir a motosserra".

Oportunidade rara. A máquina custa hoje 9 mil cruzeiros e o revendedor só vende à vista. Eichi Saka, em Itariri, há 3 anos é o único representante no litoral paulista de uma motosserra fabricada no Brasil. "Vendo muito para pessoal de lugar onde tem muita mata virgem. Muita gente compra para derrubar mata. E a Polícia Florestal fica em cima, não pode, né?" Saka, no entanto, está com seu estoque de motosserras esgotado: "Até já perdi a conta de quantas já vendi. Sai muito!"

Além das serrarias, empreiteiros de mão-de-obra — dezenas no litoral — é que compram essa máquina. "A maior parte deles, como esse Nivaldo "Gato", faz trabalho clandestino" — diz Florêncio, que já trabalhou para

muitos. O empreiteiro paga "matagem", ou seja: arrenda uma área para derrubada, e contrata os machadeiros. Só que muitas vezes a derrubada é maior do que a prevista na autorização da Secretaria da Agricultura. Mas enquanto Florêncio, hoje com sua própria motosserra, cobra até 35 cruzeiros por metro de madeira abatida ("os gastos com gasolina e óleo não chegam a 60 cruzeiros por dia"), os empreiteiros pagam apenas 15 cruzeiros aos homens que recrutam: "As vezes até menos. São exploradores" — diz Florêncio.

Um lenhador que trabalha com machado ganha 20 cruzeiros por metro, mas só corta de 4 a 5 metros por dia: "Não trabalha quando chove e quando o sol está muito forte" — conta Florêncio. "Quando eu lidava com machado, apesar de ser forte e ter saúde, cheguei até a desmaiar por causa do sol". Com a moto-serra, a derrubada geralmente é de pelo menos 20 metros num dia. "Extraio madeira de lei para serrarias, às vezes lenha para padarias e secadores de areia (para fabricação de vidro). Também trabalho com carvão".

Há vários fornos de carvão no litoral Sul, ocultos da Polícia Florestal pela vegetação, camuflados na mata: "Eles já chegaram a apreender mais de 100 sacos de carvão meus, de uma só vez. Por isso, agora, a gente procura trabalhar à noite. O negócio é cortar árvores de dia e esconder a madeira. À noite a gente traz pros fornos e pronto. Ninguém vê a fumaça. Depois — conta Florêncio — vendo o carvão por 40 cruzeiros o saco (de 40 quilos) para um sujeito da cidade, que embala o material e revende em saquinhos de 3 quilos, por 16 cruzeiros".

"Um absurdo" — comenta Ernesto Zwarg Junior, o vereador. "Árvores centenárias derrubadas pra fazer carvão para o churrasquinho do turista."